

**A. I. Nº** - 000.843.210-4/03  
**AUTUADO** - PANIFICADORA LANCHONETE E PIZZARIA ARITANA LTDA.  
**AUTUANTE** - SÉRGIO FERREIRA RIBEIRO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/NORTE  
**INTERNET** - 06/05/2003

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0143-03/03**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente ao valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 11/02/03, para exigir a multa de R\$690,00, por falta de emissão de documentos fiscais em operações de vendas, constatada através do Termo de Auditoria de Caixa e a Nota Fiscal regularizadora nº 311, anexos às fls. 2 e 5 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 11) sob a alegação de que, no momento da visita do autuante, não havia outra forma de “colocar o documento fiscal em dia”, porque sempre deixa para o final do dia a emissão das notas fiscais. Reconhece o cometimento da infração apontada, pede desculpas pela falha e afirma que o valor da multa é demasiado e o deixaria “em tremendo prejuízo funcional”.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 23), mantém o lançamento, tendo em vista que a irregularidade foi admitida pelo sujeito passivo e a ação fiscal foi decorrente de operação previamente estabelecida pela IFMT/Norte, embasada em fatos materiais concretos conforme o Termo de Auditoria de Caixa anexo (fl. 5).

#### **VOTO**

A Auditoria de Caixa efetuada pela fiscalização nos estabelecimentos varejistas, nos moldes em que está descrita no presente processo, é procedimento fiscal largamente aceito por este CONSEF, desde que seja embasado em provas e devidamente circunstanciado.

Entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa, lavrado pelo autuante e juntado à fl. 5, comprova que o autuado efetuou vendas, a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 11/02/03, no valor de R\$227,00.

Para consubstanciar a infração, o preposto fiscal, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, nº 311, no valor da diferença apurada, e lavrou o presente

lançamento, para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, tudo de acordo com o § 2º do artigo 42 da Lei nº 7.014/96.

O próprio contribuinte reconheceu que não emitiu os documentos fiscais relativos às operações de vendas realizadas no dia da visita do autuante, porque, segundo seu relato, sempre deixa para o final do dia a emissão das notas fiscais. Sendo assim, entendo que está correta a autuação e deve ser exigida a multa indicada.

Ressalte-se que o fato de o autuado estar enquadrado como microempresa não o exime de emitir os documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.843.210-4/03**, lavrado **PANIFICADORA LANCHONETE E PIZZARIA ARITANA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de abril de 2003

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA